

Externismo, passado e preservação de conteúdo

Felipe Rocha Lima Santos

O objetivo desta minha apresentação de hoje é apresentar brevemente duas respostas dadas a um argumento proposto por Boghossian dentro do debate sobre a compatibilidade entre o anti-individualismo e o autoconhecimento. Este argumento em questão ficou conhecido como “Argumento da Memória”, pois é através dele que Boghossian procura mostrar que se o anti-individualismo é correto, então a memória simplesmente não tem função alguma. Após apresentar as duas respostas, pretendo mostrar a importância do estudo sobre a memória no contexto atual da filosofia da mente e epistemologia.

Em linhas gerais, o anti-individualismo (ou externismo) é a tese que diz que o conteúdo dos nossos pensamentos são pelo menos em parte determinados pelo entorno físico ou social em que nos encontramos. Entre as formulações mais clássicas dessa tese temos a formulação realizada por Putnam (1975), com o seu experimento mental das Terras-Gêmeas, e com Burge (1979), com o experimento mental da artrite. Para o anti-individualista, o significado das palavras não encontra-se totalmente determinado de acordo com as propriedades intrínsecas do sujeito. Nas palavras de Putnam, “corte a torta como bem entender, os significados simplesmente não estão na cabeça” (1975).

Não pretendo aqui defender o anti-individualismo, mas mostrar como filósofos como Burge e Ludlow, entre outros, respondem aos argumentos que buscam extrair conseqüências a princípio inaceitáveis desta tese. Uma das conseqüências aparentemente indesejáveis que pode ser extraída caso o anti-individualismo esteja correto é a incompatibilidade com o conhecimento dos próprios estados mentais, ou seja, o autoconhecimento.

Essa incompatibilidade pode ser exemplificada da seguinte maneira: O anti-individualismo diz que o conteúdo dos nossos pensamentos, ou seja, o significado dos termos utilizados por nós nos pensamentos expressos são, pelo menos em parte, determinado pelo entorno físico ou social. Ou seja, se digo agora a um médico que estou com enxaqueca, um médico pode me corrigir dizendo que não é enxaqueca o que sinto, mas apenas uma leve cefaléia causada pelo cansaço dos olhos (na atual classificação médica, o termo enxaqueca não se refere a qualquer tipo de cefaléia, dores de cabeça, mas a um grupo específico de cefaléia). Assim, o significado do pensamento expresso por mim foi em parte determinado pelo entorno social, e para saber do significado exato do pensamento expresso por mim, tive que de algum modo investigar este entorno. Visto desta maneira, o anti-individualismo parece uma tese trivial e não problemática. O problema da incompatibilidade surge nos pensamentos que expressam atitudes proposicionais na forma de orações subordinadas-que, como por exemplo: eu penso que p , eu desejo que p , etc. Se o anti-individualismo está correto, então quando penso: “eu creio que estou com enxaqueca” ou “eu desejo um remédio para curar a minha enxaqueca”, eu não sei o que penso ou o que desejo, pois para saber o significado do que creio ou do que desejo, preciso pelo menos de alguma forma investigar o meu entorno. Outra maneira de exibir esta mesma incompatibilidade é a seguinte: se eu tenho acesso privilegiado e conhecimento a priori dos meus próprios pensamentos, e se o conteúdo dos meus pensamentos é determinado em parte pelo entorno, então eu tenho conhecimento a priori do mundo exterior.

Burge (1988) propõe uma solução compatibilista, em resposta à essa consequência indesejada. Ele defende um autoconhecimento básico, onde o conteúdo do pensamento de primeira-ordem é incorporado ao pensamento de segunda-ordem. Para ele, pensamentos de segunda ordem como “Estou pensando agora que p ” não exigem uma investigação

empírica para que eu saiba o que estou pensando neste momento, ou seja, não se faz necessário que quem pensa o pensamento de segunda-ordem tenha conhecimento das condições que fazem este pensamento possível. Ou seja, o autoconhecimento básico é autorreferencial e autoverificável. Assim, basta que o eu pense que estou pensando que p para que seja verdadeiro que estou pensando que p .

Boghossian procura mostrar que o autoconhecimento básico de Burge é muito limitado e tem pouco ou nenhum poder explicativo, pois não parece explicar nada sobre casos centrais em que considerariamos o autoconhecimento. O autoconhecimento básico de Burge só se aplica aos pensamentos expressos na primeira pessoa do tempo presente no modo indicativo em seu uso assertórico. Para demonstrar a falha do compatibilismo, Boghossian cria o experimento mental de trocas lentas de ambiente. Nesse experimento, o sujeito encontra-se em um entorno físico e social **A**. Sem perceber, ele sofre uma troca lenta de ambiente, indo para o entorno físico e social **B**. Essa troca de ambiente pode prosseguir, entre os ambientes **A** e **B**, sem que o sujeito perceba, e de forma lenta, de modo que ele possa adquirir os novos conceitos determinados em cada um dos ambientes em que ele se encontra presente. Assim, mesmo considerando o autoconhecimento básico de Burge, eu posso saber o que penso hoje, neste exato momento. Mas amanhã, não saberei mais o que pensei hoje, pois eu posso ter trocado de ambiente sem perceber e ter o conteúdo de meus pensamentos sido substituídos por outros. Para saber o que pensei no passado, eu deveria então saber em qual ambiente eu estava no passado para saber o significado do que pensei.

Este argumento se tornou conhecido como “argumento da memória”, e tem a seguinte forma, de acordo com Ludlow (1995b):

(1) Se S não esquece nada, então tudo que S sabe no tempo t_1 , S sabe no tempo t_2 .

- (2) S não esquece nada.
- (3) S não sabe que p no tempo t2.
- (Conclusão) Portanto, S não sabe que p no tempo t1.

Boghossian assim conclui em sua argumentação (1989, p.172, tradução e grifo meu):

“A única explicação que eu me arrisco a sugerir, para explicar porque S não saberá amanhã o que se diz que ele sabe hoje, não é que ele esqueceu, mas que ele **nunca soube**. Os juízos autoverificáveis de Burge não constituem conhecimento genuíno. Qual outra razão existe para explicar porque nosso *slow transported thinker* [algo como “sujeito-pensante-de-mudanças-lentas”, ou seja o sujeito vítima da troca lenta de ambiente] não saberá amanhã o que se diz que ele sabe hoje diretamente e autoritariamente?”

Esse argumento mostra que uma teoria anti-individualista deve explicar não somente sobre a relação dos nossos pensamentos presentes com o entorno, como também explicar como a nossa memória, nossas crenças passadas e conhecimentos passados possuem relação com o entorno, se possuem alguma. Assim, torna-se importante decidir sobre se (1) o conteúdo da memória é determinado pelo ambiente em que o sujeito viveu no momento em que teve o pensamento original, (2) pelo ambiente em que o sujeito vive quando se lembra, ou (3) pelo ambiente em que o sujeito viverá após se lembrar de algo. Falarei aqui apenas dos dois primeiros casos. A tese de que o conteúdo da memória é determinado pelo ambiente em que o sujeito viveu no momento em que teve o pensamento original é conhecido como “externismo passadista” (*pastist externalism*). Já a tese em que o conteúdo da memória é determinado pelo ambiente em que o sujeito vive quando se recorda de algo é conhecida como “externismo presentista” (*presentist externalism*).

Peter Ludlow (1995, 1996) propôs uma solução para o argumento da memória, através de um externalismo presentista sobre a memória. Nesta sua solução, ele ataca a primeira premissa do argumento, afirmando que o conceito de memória presentista deveria ser o que qualquer externista social consistente deve assumir. Para o externalismo, assim como o conteúdo de nossos pensamentos são determinados pelo ambiente, no caso da memória, o conteúdo de nossa memória não é fixado no momento em que ela é armazenada, mas sim, quando ela é consultada (ou relembrada), no presente. Por exemplo, se hoje bebo água, e amanhã não me encontro mais na terra, e sim, na terra-gêmea de Putnam, então, nesse momento, ao me lembrar que ontem eu bebi água, o conteúdo da memória é fixado pelo ambiente em que me encontro agora, ou seja, não estou me lembrando que ontem bebi água, mas sim, que ontem bebi água-gêmea. Desse modo, segundo Ludlow (1996), o papel da memória não é o de recordar conteúdos, mas sim, prover informações sobre episódios passados em relação às atuais condições ambientais e sociais. Para ele, não parece ser útil que o papel da memória seja o de preservar e recordar o conteúdo de episódios passados.

A solução de Ludlow parece transformar a memória em uma faculdade vazia, absurda, visto que tudo o que esperaríamos dela não aconteceria, já que se espera da memória que ela seja capaz de recuperar a informação nela armazenada, ser uma fonte de informação confiável sobre o passado, e não trazer uma informação diferente a depender do ambiente em que me encontro. Para Ludlow, essa objeção não é problemática, visto que, embora em alguns casos a memória recuperada seja uma falsa memória (o sujeito muda de ambiente e acredita estar lembrando que p , mas na verdade está lembrando agora que p'), essa memória não é falsa de modo que debilita meus planos e ações.

Tyler Burge defende um externismo passadista sobre a memória, ao dar a resposta ao argumento de Boghossian. Nessa forma de externismo sobre a memória, o conteúdo da memória é fixado no momento em que o pensamento original é pensado. Para Burge, o papel da memória é preservar o conteúdo no decorrer do tempo, definindo assim a memória como memória preservativa. A memória preservativa não é uma memória *sobre* algo no passado. A memória não tem a função de *identificar* o conteúdo do pensamento passado como se fosse um objeto que pode ser identificado e discriminado de outro objeto. memória preservativa simplesmente “retém o conteúdo e atitudes comprometidas pelos pensamentos recentes, através de conexões causais com pensamentos do passado”. Ou seja, a função da memória é manter e preservar o conteúdo no decorrer do tempo.

A memória preservativa proposta por Burge pode ser melhor entendida a partir da analogia entre a memória preservativa e a anáfora. Na frase “Galileu disse que a terra gira em torno do sol; embora isso fosse verdade, quase lhe custou a vida”, os termos “isso” e “lhe” a “a terra gira em torno do sol” e “Galileu”, respectivamente. Assim, a referência desses termos é garantida de acordo com a conexão existente inerente ao discurso. A memória preservativa pode ser entendida da mesma maneira, de modo que enquanto as relações causais da memória estiverem preservadas, então a autoridade da memória preservativa é semelhante à autoridade do autoconhecimento básico em relação ao presente.

Boghossian, em seu argumento, faz a seguinte pergunta: “Por que o sujeito *S* sabe não sabe hoje se ontem ele teve um pensamento *p* ou um pensamento *p*’?”. Burge responde que essa não é a pergunta correta a ser feita. A pergunta correta é: “Como o pensamento *p* (por exemplo, eu estou pensando que o alumínio é um metal leve) é

preservado?” Fazer a pergunta de forma correta orienta a busca pela resposta adequada. Nesse caso, a pergunta não é se o pensamento tem o conceito de alumínio ou alumínio-gêmeo, por exemplo. Não é sobre se a memória pode *identificar* o pensamento passado corretamente. A memória não tem a função de identificar. A pergunta correta é sobre se o pensamento original pode ser preservado.

Desse modo, é possível perceber que há duas formas de entender a questão sobre como um sujeito sabe o que ele estava pensando ontem. Uma das formas é tendo a identificação como função da memória. Nesse caso, se há trocas de ambientes despercebidas, a memória torna-se incapaz de identificar se o pensamento possui o conteúdo *a* ou o conteúdo *a-gêmeo*, e por isso, é possível inferir que de fato o sujeito não sabia o que pensava ontem. Porém, a memória funciona para preservar o conteúdo, e não identificar, e desse modo, o sujeito não esquece o que pensou no passado e não tem como não saber sobre o que pensou, pois enquanto as conexões causais da memória encontram-se intactas, o conteúdo é preservado. Burge diz que talvez Boshossian pense que o sujeito não está autorizado de forma legítima a confiar na memória por conta da inabilidade de distinguir o pensamento original de novos pensamentos-gêmeos. Mas se é isso que ele pensa, então ele deve argumentar sobre esse ponto de vista. Desse modo, para Burge, o conceito de memória preservativa soluciona o problema proposto por Boghossian, além de estabelecer a memória como uma faculdade humana segura para a racionalidade.

Nos últimos 40 anos, muita literatura tem sido produzida sobre o problema da compatibilidade entre o anti-individualismo e o autoconhecimento, de modo que essa minha breve exposição possa ter sido até de certo modo irresponsável por deixar de fora muitos detalhes relevantes para uma compreensão mais precisa sobre o

assunto. Porém, o que pretendo mostrar com essa minha apresentação é que esse debate, em especial por conta do argumento da memória de Boghossian, fez com que muitos filósofos percebessem a importância de se estudar a memória a partir dessa nova perspectiva aberta pela tese do anti-individualismo, e também a partir de informação obtida nos novos estudos científicos sobre essa faculdade humana.

A memória aparece na literatura filosófica desde o início da filosofia, como por exemplo em Platão, com o Mito de Tamuz (Fedro). Na filosofia moderna, Descartes, nas *Regras para a direção do espírito*, diz que “para a dedução não é necessário, como para a intuição, uma evidência atual, mas é antes a memória que vai buscar sua certeza”. Ou seja, a memória é um elemento fundamental para o conceito de racionalidade, visto que uma inferência ocorre no decorrer do tempo, e sendo assim, o conteúdo das proposições de toda dedução devem ser adequadamente conservados para que possamos realizar inferências válidas, sermos racionais.

Assim, as soluções apresentadas aqui, longe de resolverem o problema sobre o anti-individualismo e a memória, apenas mostram que há muito a ser trabalhado sobre esse tema. Um exemplo é o paralelo traçado entre a definição de memória de Burge e a definição atual investigada pela ciência: Burge divide a memória entre memória preservativa e memória substantiva. Paralelamente, a partir do trabalho de Tulving (1993), a psicologia entende também dois tipos de memória, a memória episódica (em Burge, substantiva) e a memória semântica (em Burge, preservativa). A memória episódica, ou substantiva, é aquela que diz respeito aos eventos ocorridos com nós no passado, ao que fizemos, ao que presenciamos. A memória semântica diz respeito aos conceitos aprendidos, mas sem relação com fatos ou episódios específicos vivenciados. Dessa forma, como nota Paulo Faria (2006), há pelo menos dois sentidos de preservação que deveriam ser

explicados, que é a preservação da memória episódica, ou substantiva, e da memória semântica, ou preservativa. E no mais importante dos dois tipos, a memória episódica, a explicação de Burge simplesmente demonstra que nenhum conteúdo é preservado.

Para concluir, se por um lado o argumento da memória pode ser solucionado com as estratégias argumentativas como as de Ludlow e Burge, por outro lado, as respostas dadas a Boghossian deixaram explícito que há muito mais trabalho a ser feito nos estudos filosóficos sobre a memória do que se poderia imaginar, principalmente no que diz respeito a teorias que procuram explicar o conceito de racionalidade e de identidade pessoal, por exemplo. E em minha opinião, muito desse trabalho que há de ser feito pode e deve ser feito em conjunto com os dados obtidos em estudos científicos sobre a memória, visto que na própria ciência, o tema da memória é bastante recente.

Assim, espero que essa comunicação tenha conseguido, com certa clareza, mostrar como o argumento da memória de Boghossian não é suficiente para minar o anti-individualismo e também mostrar como as respostas dadas à Boghossian mostram que é uma tarefa da filosofia contemporânea, em especial da epistemologia e filosofia da mente, estudar melhor esse faculdade humana, tarefa esta que pretendo empreender, com um pouco mais de profundidade, durante o curso de minha pesquisa.

Referências bibliográficas

BERNECKER, S. (2010). *Memory: A Philosophical Study*. Oxford : Oxford University Press.

BOGHOSSIAN, P. (1989). Content and self-knowledge. In: *Philosophical Topics*, 17, pp. 5-26.

BURGE, T. (1979). Individualism and the mental. In: *Midwest Studies In Philosophy*, 4 (1), pp 73–121.

- BURGE, T. (1988). Individualism and self-knowledge. In: *Journal of Philosophy*, 85, pp. 649–63.
- BURGE, T. (1993). Content preservation. In: *The Philosophical Review*, 102 (4), pp 457-88.
- BURGE, T. (1998). Memory and self-knowledge. In P. LUDLOW & N. MARTIN (Eds.). *Externalism and self- knowledge*. Stanford: CSLI Publications. pp. 351–70.
- FARIA, P. (2006). A preservação da Verdade. In: *O que nos faz pensar*, 20, pp. 101-26.
- LUDLOW, P. (1995). Social externalism, self-knowledge, and memory. In: *Analysis*, vol. 55 (3), pp. 157-159.
- LUDLOW, P. (1996). Social externalism and memory: A problem? In: *Acta Analytica*, vol. 14, pp. 69-76.
- PUTNAM, H. (1975). The meaning of “meaning”. In: *Philosophical Papers*, Vol. II: Mind, Language, and Reality, Cambridge: Cambridge University Press.
- TULVING, E. (1993). What is Episodic Memory? In: *Current Perspectives in Psychological Science*, 2, pp. 67-70.